

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.200.160.000
Preferenciais	1.199.840.000
Total	2.400.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	20/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	20/09/2010	Ordinária		0,01000
Reunião de Diretoria	29/12/2010	Dividendo	29/12/2010	Ordinária		0,20000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	46.459.797	19.351.990
1.01	Ativo Circulante	41.887.544	16.598.375
1.01.01	Disponibilidades	1.905	2.010
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18.277.449	10.649.836
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	18.191.792	10.574.990
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	85.657	74.846
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	16.170.533	3.654.886
1.01.03.01	Carteira própria	6.997.072	2.367.489
1.01.03.02	Vinculados a compromissos de recompra	6.906.033	343.151
1.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	1.026.511	386.627
1.01.03.04	Vinculados à prestação de garantias	1.240.917	557.619
1.01.04	Relações Interfinanceiras	99.740	25.639
1.01.04.01	Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	99.709	25.617
1.01.04.02	Correspondentes	31	22
1.01.06	Operações de Crédito	1.333.706	719.856
1.01.06.01	Operações de crédito - setor privado	1.361.010	776.088
1.01.06.02	Provisão para perdas em operações de crédito	-27.304	-56.232
1.01.08	Outros Créditos	5.961.706	1.544.594
1.01.08.01	Carteira de câmbio	4.304.283	706.554
1.01.08.02	Rendas a receber	68.693	130.991
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	832.942	272.587
1.01.08.04	Diversos	756.637	436.197
1.01.08.05	Provisão para perdas em outros créditos	-849	-1.735
1.01.09	Outros Valores e Bens	42.505	1.554
1.01.09.01	Outros valores e bens	18.541	170
1.01.09.02	Investimentos temporários	21.682	0
1.01.09.03	Despesas antecipadas	2.282	1.384
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.900.351	1.862.407
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	7.631	41.689
1.02.02.01	Instrumentos financeiros derivativos	7.631	41.689
1.02.03	Relações Interfinanceiras	34.406	0
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	34.406	0
1.02.05	Operações de Crédito	1.452.715	641.189
1.02.05.01	Operações de crédito - setor privado	1.505.749	668.268
1.02.05.02	Provisão para perdas em operação de crédito	-53.034	-27.079
1.02.07	Outros Créditos	1.405.599	1.179.529
1.02.07.01	Carteira de câmbio	56.036	19.978
1.02.07.02	Negociação e intermediação de valores	100	62
1.02.07.03	Diversos	1.379.779	1.209.506
1.02.07.04	Provisão para perdas em outros créditos	-30.316	-50.017
1.03	Ativo Permanente	1.671.902	891.208
1.03.01	Investimentos	1.446.311	843.445
1.03.01.01	Dependências no Exterior	648.532	454.234
1.03.01.02	Participações em Controladas	794.502	386.620
1.03.01.02.01	Participações em Controladas - no país	794.502	386.620

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.144	5.458
1.03.01.04.01	Outros investimentos	6.144	5.458
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-2.867	-2.867
1.03.01.05.01	Provisão para perdas	-2.867	-2.867
1.03.02	Imobilizado de Uso	194.726	26.401
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	219.679	45.415
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-24.953	-19.014
1.03.04	Intangível	15.518	2.494
1.03.04.01	Outros ativos intangíveis	17.201	2.773
1.03.04.02	Amortização acumulada	-1.683	-279
1.03.05	Diferido	15.347	18.868
1.03.05.01	Gastos com organização e expansão	28.703	28.703
1.03.05.02	Amortização acumulada	-13.356	-9.835

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	46.459.797	19.351.990
2.01	Passivo Circulante	38.921.155	14.634.169
2.01.01	Depósitos	6.263.845	3.129.115
2.01.01.01	Depósitos à vista	214.737	67.066
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros - ligadas	348.252	276.570
2.01.01.03	Depósitos interfinanceiros	338.891	217.776
2.01.01.04	Depósitos à prazo	5.349.135	2.560.215
2.01.01.05	Outros depósitos	12.830	7.488
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	24.549.546	8.902.543
2.01.02.01	Carteira própria	6.778.680	340.975
2.01.02.02	Carteira de terceiros	7.382.102	6.980.090
2.01.02.03	Carteira de livre movimentação	10.388.764	1.581.478
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.227.339	323.916
2.01.03.01	Recursos de letras imobiliárias	1.227.339	323.916
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1	1
2.01.04.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	1
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	470.256	7.655
2.01.06.01	Empréstimos no exterior	470.256	7.655
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	55.653	323
2.01.07.01	FINAME	55.653	323
2.01.09	Outras Obrigações	6.354.515	2.270.616
2.01.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	1.084.837	377.617
2.01.09.02	Cobrança e arrecadação e assemelhados	19.265	2.915
2.01.09.03	Carteira de câmbio	4.240.523	744.270
2.01.09.04	Sociais e estatutárias	175.660	159.289
2.01.09.05	Fiscais e previdenciárias	15.455	286.864
2.01.09.06	Negociação e intermediação de valores	767.824	670.295
2.01.09.07	Diversas	50.951	29.366
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.911.759	1.464.924
2.02.01	Depósitos	1.158.736	1.248.144
2.02.01.01	Depósitos a prazo	1.158.736	1.248.144
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	72.140	6.294
2.02.03.01	Recursos de letras imobiliárias	72.140	6.294
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	44.447	0
2.02.07.01	FINAME	44.447	0
2.02.09	Outras Obrigações	636.436	210.486
2.02.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	99.696	76.382
2.02.09.02	Carteira de câmbio	54.172	20.127
2.02.09.03	Sociais e estatutárias	29.448	0
2.02.09.04	Fiscais e previdenciárias	413.857	92.559
2.02.09.05	Negociação e intermediação de valores	13.695	2.040
2.02.09.06	Diversas	25.568	19.378
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	24.290	8.397
2.03.01	Resultado de Exercícios Futuros	24.290	8.397
2.05	Patrimônio Líquido	5.602.593	3.244.500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
2.05.01	Capital Social Realizado	2.971.350	555.007
2.05.01.01	Capital Social domiciliado no país	2.971.350	555.007
2.05.02	Reservas de Capital	0	7.079
2.05.04	Reservas de Lucro	2.631.243	831.048
2.05.04.01	Legal	150.775	111.002
2.05.04.02	Estatutária	2.010.129	444.005
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	470.339	276.041
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	1.851.366

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	3.096.264	1.990.539
3.01.01	Operações de créditos	315.422	180.853
3.01.02	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.506.628	1.669.579
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	38.676	140.107
3.01.04	Receita com instrumentos financeiros derivativos	235.538	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-2.347.860	-1.486.581
3.02.01	Operações de captação no mercado	-2.437.091	-1.135.292
3.02.02	Operações de empréstimos e repasses	95.907	-133.541
3.02.03	Provisão para operações de créditos e outros créditos	-6.676	-195.459
3.02.04	Despesas com instrumentos financeiros derivativos	0	-22.289
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	748.404	503.958
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	441.515	638.000
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	435.067	362.183
3.04.02	Despesas de Pessoal	-176.227	-139.223
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-211.713	-144.558
3.04.04	Despesas Tributárias	-124.986	-101.575
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	160.353	459.226
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.452	-12.228
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	360.473	214.175
3.05	Resultado Operacional	1.189.919	1.141.958
3.06	Resultado Não Operacional	-964	3.278
3.06.01	Receitas	0	3.278
3.06.02	Despesas	-964	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	1.188.955	1.145.236
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	81.922	1.662
3.08.01	Provisão para imposto de renda	81.891	1.081
3.08.02	Provisão para contribuição social	31	581
3.09	IR Diferido	-284.852	-323.758
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-175.119	-193.855
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	810.906	629.285
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,34	0,5

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-17.471.485	-749.681
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-349.609	-262.679
6.01.01.01	Resultado de participações em controladas	-360.473	-214.175
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	10.864	10.894
6.01.01.03	Juros sobre capital proprio	0	-59.398
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.932.782	-2.034.592
6.01.02.01	(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-3.758.919	-2.672.352
6.01.02.02	(Aumento)/redução em títulos e valores e instrumentos financeiros derivativos	-11.875.763	-392.871
6.01.02.03	(Aumento)/redução em operações de créditos	-1.425.376	224.174
6.01.02.04	(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	-4.684.133	6.493.106
6.01.02.05	(Aumento)/redução em relações interfinanceiras	-108.507	64.529
6.01.02.06	(Redução)/aumento em outras obrigações	3.779.315	-6.013.319
6.01.02.07	(Redução)/aumento em resultados de exercícios futuros	15.893	6.420
6.01.02.08	(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos	124.708	255.721
6.01.03	Outros	810.906	1.547.590
6.01.03.01	Lucro Líquido do exercício	810.906	629.285
6.01.03.02	Dividendos recebidos de controladas	0	858.907
6.01.03.03	Juros de capital próprio	0	59.398
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-431.085	-4.289
6.02.01	Alienação de investimentos	0	813
6.02.02	Alienação de imobilizado de uso	0	1.277
6.02.03	Aquisição de investimentos	-242.393	-1.070
6.02.04	Aquisição de imobilizado de uso	-174.264	-2.536
6.02.05	Aquisição de intangível	-14.428	-2.773
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	21.771.159	6.170.471
6.03.01	Aumento/(redução) em depósitos	3.045.322	689.348
6.03.02	Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	15.647.003	7.123.166
6.03.03	Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	562.378	-701.520
6.03.04	Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	969.269	309.477
6.03.05	Aumento de capital por emissão de ações	2.409.264	0
6.03.06	Juros sobre o capital próprio pago	-15.440	0
6.03.07	Dividendos distribuídos	-846.637	-1.250.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.868.589	5.416.501
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.773.647	2.357.146
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.642.236	7.773.647

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	555.007	7.079	0	831.048	1.851.366	0	3.244.500
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	555.007	7.079	0	831.048	1.851.366	0	3.244.500
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	810.906	0	810.906
5.05	Destinações	0	0	0	322.466	-1.184.543	0	-862.077
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-473.000	0	-473.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-15.440	0	-15.440
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	322.466	-696.103	0	-373.637
5.05.03.01	Reserva legal	0	0	0	39.773	-39.773	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	88.395	-88.395	0	0
5.05.03.03	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	0	194.298	-194.298	0	0
5.05.03.04	Dividendos de exercícios anteriores	0	0	0	0	-373.637	0	-373.637
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	1.477.729	-1.477.729	0	0
5.06.01	Constituição/Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	1.477.729	-1.477.729	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	2.416.343	0	0	0	0	0	2.416.343
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	-7.079	0	0	0	0	-7.079
5.13	Saldo Final	2.971.350	0	0	2.631.243	0	0	5.602.593

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	555.007	7.079	0	877.272	2.425.857	0	3.865.215
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	555.007	7.079	0	877.272	2.425.857	0	3.865.215
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	629.285	0	629.285
5.05	Destinações	0	0	0	434.807	-1.240.802	0	-805.995
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-194.478	0	-194.478
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	434.807	-1.046.324	0	-611.517
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	434.807	-434.807	0	0
5.05.03.04	Dividendos de exercícios anteriores	0	0	0	0	-611.517	0	-611.517
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	-481.031	37.026	0	-444.005
5.06.01	Constituição/Realização de Reservas de Lucro	0	0	0	-481.031	37.026	0	-444.005
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	555.007	7.079	0	831.048	1.851.366	0	3.244.500

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	3.682.592	2.607.629
7.01.01	Intermediação Financeira	3.077.410	1.989.453
7.01.02	Prestação de Serviços	435.067	362.183
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.451	-195.460
7.01.04	Outras	177.566	451.453
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.341.183	-1.291.213
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-184.288	-120.512
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.095	-5.072
7.03.02	Serviços de Terceiros	-178.193	-115.440
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.157.121	1.195.904
7.05	Retenções	-13.072	-11.113
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.072	-11.113
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.144.049	1.184.791
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	360.473	214.175
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	360.473	214.175
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.504.522	1.398.966
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.504.522	1.398.966
7.09.01	Pessoal	351.347	333.078
7.09.01.01	Remuneração Direta	329.961	292.789
7.09.01.02	Benefícios	11.831	12.381
7.09.01.03	F.G.T.S.	9.555	27.908
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	327.916	423.671
7.09.02.01	Federais	310.099	408.463
7.09.02.03	Municipais	17.817	15.208
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.353	12.932
7.09.03.01	Aluguéis	14.353	12.932
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	810.906	629.285
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	15.440	0
7.09.04.02	Dividendos	473.000	194.478
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	322.466	434.807

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Relatório da Administração e:

- (i) as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. (Banco), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e elaboradas de acordo com o padrão internacional, conforme os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em atendimento à Resolução nº 3786/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN); e
- (ii) as demonstrações financeiras individuais do Banco BTG Pactual S.A. (Banco), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis Nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do CMN, do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram as primeiras elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRIC), sendo 1º de janeiro de 2010 a data de adoção inicial. Dessa forma e em consonância com o estabelecido na Carta-Circular nº 3435/10 do BACEN, apresentamos a demonstração da posição financeira consolidada de abertura (balanço patrimonial consolidado de abertura) comparativamente ao balanço patrimonial consolidado apurado em 31 de dezembro de 2010. Entretanto, consoante facultado pelo Banco Central do Brasil especificamente ao seu requerimento de apresentação de demonstrações financeiras em IFRS, estas demonstrações financeiras consolidadas não representam a primeira apresentação completa em conformidade com as IFRS por não apresentar as demonstrações comparativas com o exercício anterior.

As reconciliações dos patrimônios líquidos apurados de acordo com as práticas contábeis no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e as IFRS em 31 de dezembro de 2010 e em 1º de janeiro de 2010, bem como a reconciliação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, estão apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

EVENTOS RECENTES

Em dezembro de 2010, o capital social do Banco foi aumentado no montante de R\$2,4 bilhões. Esse aporte contribuiu para o aumento da capacidade financeira do Banco, possibilitando crescimento no volume de operações.

AMBIENTE ECONÔMICO

Como a maior parte das operações da Companhia é realizada no Brasil, ela é afetada pelo ambiente econômico geral brasileiro. A crise global de mercados financeiros teve um impacto significativo na economia mundial em 2008 e 2009. Ela provocou recessões e uma elevação no índice de desemprego nas principais economias do mundo, uma redução global em investimentos, uma diminuição dos preços de commodities, e um forte declínio na disponibilidade de crédito e liquidez nos mercados de capitais em todo o mundo. Algumas das principais instituições financeiras, inclusive alguns dos maiores bancos comerciais, bancos de investimentos, companhias hipotecárias, e companhias de seguros mundiais enfrentaram dificuldades significativas. Além disso, correntistas de diversas instituições financeiras sacaram seus depósitos e muitas instituições recorreram à injeções de capital. Bancos centrais de todo o mundo coordenaram esforços para aumentar a liquidez no mercado financeiro e tomaram medidas como o aumento dos empréstimos concedidos às instituições financeiras, a diminuição das taxas de juros e o aumento significativo de acordos monetários

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

temporários recíprocos. Na tentativa de evitar o colapso do sistema financeiro, governos de todo o mundo também intervieram de uma forma sem precedentes. Eles adquiriram participação em instituições financeiras, anunciaram programas para garantir suas dívidas, aumentaram as garantias de depósito do consumidor e intermediaram as aquisições de determinadas instituições financeiras em dificuldades, dentre outras medidas.

Impulsionada pela força de seu considerável mercado doméstico, a economia brasileira continuou a se expandir até o terceiro trimestre de 2008, mesmo com o declínio da economia da maior parte do mundo naquele ano. Durante esse período, o crédito no Brasil continuou a se expandir o que levou o Banco Central do Brasil a aumentar a taxa SELIC para 13,75% como parte de uma sequência de medidas tomadas entre abril e setembro de 2008. Somente com o agravamento da turbulência financeira global, em setembro de 2008, a atividade econômica brasileira sofreu uma contração, e, durante o resto do ano, o Banco Central do Brasil manteve a taxa SELIC congelada, enquanto atenuava as exigências de reserva bancária para facilitar a liquidez. A taxa de inflação em 2008 foi de 5,9%, conforme medição pelo Índice de Preços ao Consumidor— Amplo, ou IPCA. O Real teve uma queda de 24,2% em relação ao dólar norte-americano e no dia 31 de dezembro de 2008 a taxa de câmbio era de R\$2,34 por US\$1,00. O PIB real brasileiro cresceu 5,2% em 2008. Alguns bancos de pequeno e médio porte sofreram com a falta de liquidez temporária, mas o sistema financeiro brasileiro como um todo não enfrentou o mesmo nível de dificuldade que os sistemas financeiros dos EUA e da Europa. Entretanto, algumas instituições financeiras brasileiras que fazem operações em mercados financeiros globais foram afetadas de forma adversa pela recessão significativa desses mercados.

A recessão no Brasil durou dois trimestres, com início de recuperação no começo de 2009. Em dezembro de 2009, o índice de desemprego voltou a ter baixas históricas, e o mais importante: o Brasil recuperou-se da crise sem alterações regulatórias significativas ou uma maior intervenção governamental. Em resposta a uma contração repentina nas atividades no final de 2008, a partir de janeiro de 2009, o Banco Central do Brasil reduziu a taxa SELIC, que atingiu 8,75% em julho e permaneceu nesse nível até 31 de dezembro de 2009. Em 2009, a taxa de inflação, conforme medição pelo IPCA, era de 4,3% e o Real teve alta de 33,8% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$1,74 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2009. O PIB real brasileiro sofreu uma contração de 0,6% em 2009, refletindo a gravidade da recessão no início do ano, apesar de uma posterior recuperação.

A atividade econômica no Brasil permaneceu fortalecida em 2010. Em virtude disso, as autoridades começaram a desfazer as medidas de incentivo fiscal e monetário implementadas em resposta à recessão econômica do final de 2008. A remoção do incentivo monetário, incluiu o aumento da taxa SELIC para 10,75% em medidas políticas implementadas entre abril e julho de 2010, e a manutenção desse nível até o final do ano. Em 2010, o PIB real cresceu aproximadamente 7,5% e a taxa de inflação foi de 5,9%, de acordo com a medição pelo IPCA, enquanto que o Real valorizou 3,5% em relação ao dólar norte-americano, fechando em R\$1,67 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2010.

Um maior enrijecimento das políticas macroeconômicas está ocorrendo em 2011 com o intuito de acalmar a expansão da demanda interna e levar a inflação novamente ao valor médio pretendido. O governo federal anunciou cortes no orçamento que tinha sido aprovado pelo Congresso e, durante o primeiro semestre, o Banco Central do Brasil aumentou a taxa SELIC em mais 150 pontos base, para 12,25%. Medidas regulatórias de restrição ao crédito também foram adotadas. No primeiro semestre de 2011, a inflação do IPCA acumulou uma variação de 3,9%, enquanto que a taxa de câmbio atingiu R\$1,56 por US\$1,00 em 31 de março de 2011, representando uma valorização de 3,3% em comparação a 31 de dezembro de 2010.

A tabela a seguir apresenta os principais dados referentes à economia brasileira para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2009	2010
Crescimento do PIB(1)	5,16%	(0,64)%	7,49%
Taxa CDI(3)	12,28%	9,98%	9,80%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
TJLP(4)	6,25%	6,00%	6,00%
Taxa SELIC(5)	13,75%	8,75%	10,75%
Valorização (desvalorização) do Real em relação ao dólar norte-americano	(24,2)%	33,8%	3,47%
Taxa de câmbio para venda (no final do período) R\$ por US\$1,00(6)	R\$2,34	R\$1,74	R\$1,67
Taxa de câmbio média R\$ por US\$1,00(7)	R\$1,84	R\$1,99	R\$1,76
Inflação (IGP-M)(8)	9,81%	(1,72)%	11,32%
Inflação (IPCA)(9)	5,90%	4,31%	5,91%

Fontes: BNDES, Banco Central do Brasil, IBGE e Economática.

- (1) Fonte: Banco Central do Brasil.
- (2) Os números oficiais referentes ao período ainda não foram divulgados.
- (3) O Certificado de Depósito Interbancário, ou CDI, é a média da taxa de depósito interbancário diária no Brasil (no final de cada mês e anualmente).
- (4) Representa a taxa de juros de longo prazo aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (no final do período).
- (5) A taxa de juros de referência devida aos detentores de alguns valores mobiliários emitidos pelo governo brasileiro e negociados com base na SELIC (no final do período).
- (6) A taxa de câmbio para venda para o final do período.
- (7) Média da taxa de câmbio para venda para o último dia de cada mês durante o período.
- (8) A taxa de inflação é o índice geral de preços de mercado (IGP-M), conforme calculado pela FGV.
- (9) A taxa de inflação é o índice de preços ao consumidor (IPCA), conforme calculado pelo IBGE.

DESEMPENHO

Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

O lucro líquido do Banco foi de R\$ 815,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O saldo do total de ativos aumentou 238,1%, passando de R\$ 21.836,1 milhões em 1º de janeiro de 2010 (balanço de abertura) para R\$ 73.826,1 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Demonstrações financeiras individuais

O lucro líquido do Banco aumentou 28,9%, passando de R\$ 629,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 810,9 milhões no mesmo período de 2010, e é resultado, principalmente, do aumento do volume das operações do Banco. O saldo dos ativos totais do Banco aumentou 140,1%, passando dos R\$ 19.352,0 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 46.459,8 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício

As reconciliações dos patrimônios líquidos apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e as IFRS em 31 de dezembro de 2010 e em 1º de janeiro de 2010, bem como a reconciliação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, estão apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

RESPONSABILIDADE CULTURAL E SOCIAL

No ano de 2010, o BTG Pactual destinou recursos que privilegiaram projetos culturais e sociais por todo o país. No campo cultural, destacam-se iniciativas como a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - OSESP e a Orquestra Sinfônica Brasileira - OSB, no Rio de Janeiro. Já para as atividades de responsabilidade social, as instituições beneficiadas foram a Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer - TUCCA, o Instituto da Criança, a Fraternidade Irmã Clara - FIC e o Instituto Esporte e Educação. Esses e outros projetos demonstram o comprometimento do BTG Pactual com o fortalecimento sócio-cultural do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES

A política do Banco na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

O Banco contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para a auditoria das suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A remuneração paga aos auditores independentes relativa a esse exercício social, corresponde ao montante de (i) R\$1.035.313 pelos serviços de auditoria de demonstrações financeiras e (ii) R\$175.800 por outros serviços de auditoria. Os honorários referentes a outros serviços representam 15% dos honorários totais.

EVENTOS SUBSEQUENTES

1) Dividendos

No decorrer de 2011, o Banco pagou dividendos aos seus acionistas, deliberados no decorrer do ano, no montante de R\$ 557 milhões, sendo R\$ 210 milhões em 18 de março de 2011, R\$ 150 milhões em 1º de julho de 2011 e R\$ 197 milhões em 19 de setembro de 2011.

2) Aquisição de Controle Conjunto no PanAmericano

Em janeiro de 2011, o Banco assinou um acordo para a compra de 100% das ações do PanAmericano detidas pelo Grupo Silvio Santos por R\$450 milhões, o que representa uma participação de 37,64% no PanAmericano (composta por 51,00% de suas ações com direito a voto e 21,97% de suas ações sem direito a voto). A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil e fechada em 27 de maio de 2011. A Companhia lançou em 17 de agosto de 2011 oferta pública de aquisição (OPA) das ações remanescentes do PanAmericano detidas por seus acionistas minoritários ao preço de R\$4,89 por ação, salvo eventuais ajustes até a data de pagamento. Com relação a essa operação, a Companhia e a Caixa assinaram um acordo de acionistas segundo o qual a Caixa concordou em manter sua participação de 36,56% no capital social integral do PanAmericano O acordo de acionistas fornece à Caixa determinados direitos de veto que conferem à mesma uma participação controladora conjunta no PanAmericano

Em virtude desse controle compartilhado do PanAmericano, a Companhia passou a usar, para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, uma consolidação proporcional para contabilizar sua participação acionária no PanAmericano O balanço patrimonial da Companhia consolidou essa participação (em 30 de julho de 2011 de 37,64%) nos ativos e passivos do PanAmericano e as demonstrações de resultados incluíram a participação da Companhia nas receitas e despesas do PanAmericano

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil, a exigência regulatória de capital da Companhia e a do PanAmericano são medida separadamente. Assim, a Companhia calcula seu capital exigido sem considerar o custo de aquisição do investimento no PanAmericano ou a consolidação proporcional dos ativos e passivos do PanAmericano em seu balanço patrimonial. Isso faz com que a Companhia e o PanAmericano calculem as respectivas exigências de capital de forma independente.

Em novembro de 2010, o PanAmericano divulgou que uma série de inconsistências contábeis foram descobertas em seu balanço, o que resultou em perdas que totalizaram R\$2,5 bilhões. Mediante esse anúncio, o Grupo Silvio Santos e a Caixa tentaram evitar novas inconsistências elegendo uma nova equipe gerencial no PanAmericano Além disso, o Grupo Silvio Santos concordou em recuperar o PanAmericano com relação a essas perdas injetando capital em correspondente ao valor total das perdas. Posteriormente,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

foram identificadas outras irregularidades financeiras, totalizando R\$1,3 bilhão e outros ajustes totalizando R\$0,5 bilhão. Como consequência, em 31 de janeiro de 2011, o Grupo Silvio Santos injetou mais R\$1,3 bilhão no PanAmericano e concordou em vender sua participação para a Companhia, a qual elegeu os novos diretores e conselheiros do PanAmericano em abril de 2011.

Em virtude dos problemas mencionados acima, os quais demonstraram fraquezas significativas e irregularidades dos sistemas contábeis e controles internos da instituição, o PanAmericano está realizando atualmente investimentos importantes em tecnologia e procedimentos para melhorar as suas condições operacionais e competitivas. Embora o PanAmericano tenha gerado lucro líquido durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, não há garantias de que ele irá gerar lucros líquidos durante o ano de 2011 ou posteriormente. É possível que essas iniciativas de fazer com que o PanAmericano volte a ter lucro exijam uma injeção de capital a médio prazo e que a Companhia determine acompanhar esse aumento de capital de forma proporcional ou superior. Para mais informações vide Seção Fator de Risco - 4.

Em abril de 2011, a Companhia adquiriu quotas seniores de um fundo de investimento em direitos creditórios (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado Caixa BTG Pactual Multisegmentos), representativas de 80% do patrimônio do fundo. O FIDC é composto exclusivamente de créditos provenientes do PanAmericano em um valor total de aproximadamente R\$3,5 bilhões. Esses créditos foram adquiridos anteriormente do PanAmericano, de forma indireta, pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC, que constituiu o FIDC e reteve a participação das quotas subordinadas representativas de 20% do patrimônio do FIDC. As quotas seniores detidas pela Companhia no FIDC somente sofrerão perdas em virtude de inadimplemento sobre os créditos subjacentes se essas perdas excederem R\$ 0,7 bilhão (que é o valor equivalente às quotas subordinadas).

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil, a exigência regulatória de capital da Companhia e a do PanAmericano são medidas separadamente. Assim, a Companhia calcula seu capital exigido sem considerar o custo de aquisição do investimento no PanAmericano ou a consolidação proporcional dos ativos e passivos do PanAmericano em seu balanço patrimonial. Isso faz com que a Companhia e o PanAmericano calculem as respectivas exigências de capital de forma independente.

Sobre o resultado do leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações Preferenciais (“OPA”) do Banco Panamericano S.A. (“Panamericano”), realizado em 16/09/2011, informamos que o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Ofertante, adquiriu 4.552 (quatro mil quinhentas e cinquenta e duas) ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% (quatro milésimos por cento) das ações dessa espécie, sendo que acionistas titulares de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) ações preferenciais do Panamericano optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 (três mil oitocentas e noventa e seis) ações preferenciais do Panamericano, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Prazo, conforme definida no Edital. Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Ofertante passou a ser titular de 24.716.838 (vinte e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais da Companhia, equivalentes a 37,64% (trinta e sete virgula sessenta e quatro por cento) do capital social do Panamericano.

3) Agência das Ilhas Cayman

Após registrar o Banco como sociedade estrangeira nas Ilhas Cayman, em 15 de junho de 2011, o Banco concluiu a incorporação do BTG Pactual Banking Limited. Em virtude da incorporação, o BTG Pactual Banking Limited deixou de existir e a Companhia recebeu uma Licença Bancária de Categoria “B” e um certificado de Trust License da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman. A operação resultou na conversão do BTG Pactual Banking Limited em uma agência do Banco nas Ilhas Cayman. Esta operação está em linha com a reestruturação do Banco que visa manter uma ampla presença internacional capitalizada,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desburocratizada e com eficiência fiscal. Essa operação foi aprovada pela Autoridade Monetária das Ilhas Cayman no semestre findo em 30 de junho de 2011.

4) Emissão de Notes

Em julho de 2011, o Banco, por meio de sua agência nas Ilhas Cayman, concluiu uma captação externa de US\$ 500 milhões em títulos de cinco anos com cupom de 4,875%.

5) Reestruturação Societária

O Grupo BTG Pactual realizou uma reestruturação societária, na qual as subsidiárias da BTGI, responsáveis por conduzir as plataformas internacionais em Londres, Nova York e Hong Kong, foram transferidas para a Companhia. O funcionamento dessas subsidiárias já está plenamente integrado às operações da Companhia e são responsáveis por representar a franquia da Companhia perante clientes internacionais e criar negócios, além de conduzir negócios de administração de ativos internacionais. Dessa forma, a Companhia não espera que essa reestruturação afete de maneira significativa sua condição financeira ou seus resultados. Essa reestruturação já foi concluída e devidamente aprovada pelo Banco Central do Brasil.

6) W Torre e BR Properties

Em 10 de junho de 2011, a Companhia celebrou acordo de investimentos com a WTorre Properties S.A. ("WTorre"), que visa o desenvolvimento de operações no segmento imobiliário. Os investimentos acordados pela Companhia serão realizados, quando da conclusão do referido acordo, mediante aporte de ativos imobiliários mantidos pela Companhia e/ou suas controladas.

No que se refere à operação tornada pública em 14 de setembro de 2011, a Companhia informa que foi celebrado entre a BR Properties S.A. ("BR Properties") e a WTorre, em conjunto com a Companhia, um Memorando de Entendimentos tendo por objeto a incorporação, pela BR Properties, de 100% das ações de emissão da WTorre ("Incorporação de Ações"). Após a conclusão das operações previstas no Contrato de Associação e Outras Avenças celebrado em 10 de junho de 2011 entre WTorre, BR Properties e a Companhia, isto foi devidamente divulgado como fato relevante publicado pela WTorre ("Investimento BTG"), a WTorre terá as ações de sua emissão incorporadas ao capital social da BR Properties

A efetivação da Incorporação de Ações está sujeita, entre outras condições, às aprovações societárias da BR Properties, da Companhia e da WTorre, à negociação de contratos definitivos e à conclusão satisfatória de diligências a serem realizadas em cada uma das companhias envolvidas na Incorporação de Ações, bem como à conclusão do Investimento BTG. Adicionalmente, a Incorporação de Ações não será implementada na hipótese de exercício de direito de retirada por acionistas titulares de ações de emissão da BR Properties que representem mais que 10% do seu capital social.

Sujeito a eventuais ajustes decorrentes das diligências acima apontadas, os acionistas da WTorre, incluindo a Companhia, receberão, após a Incorporação de Ações, ações ordinárias de emissão da BR Properties correspondentes a aproximadamente 41,9% do capital social da BR Properties. Com a implementação da Incorporação de Ações, a BR Properties que passará a deter mais de R\$10 bilhões de ativos imobiliários e aproximadamente 2,1 milhões de m2 de área bruta locável.

7) Celfin Capital S.A.

No que se refere à possível fusão com a Celfin Capital S.A. ("Celfin"), uma corretora líder com operações no Chile, Peru e Colômbia, esclarecemos que a Companhia e a Celfin anunciaram que estão em negociações exclusivas para uma possível fusão entre as companhias. A operação está sujeita à

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

negociação de documentos definitivos para a transação, à conclusão do processo de *due diligence*, e à obtenção de todas as aprovações regulatórias e corporativas necessárias. Se concluída, a fusão criará o maior Banco de Investimentos da América Latina, com uma posição de liderança em muitos dos mercados mais importantes da região. Ambas as instituições acreditam compartilhar de culturas semelhantes e que sinergias relevantes poderiam ser criadas pela fusão, assim beneficiando seus clientes, colaboradores e acionistas.

AGRADECIMENTOS

Firme no seu propósito de manter um crescimento contínuo e equilibrado, o BTG Pactual agradece seus clientes, colaboradores e parceiros de mercado pela confiança, dedicação e apoio continuados.

Notas Explicativas

Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

31 de dezembro de 2010
com Parecer dos auditores independentes

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010

Índice

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais consolidados	4
Demonstração consolidada do resultado	5
Demonstração consolidada do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA PROPÓSITO ESPECIAL

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas do
Banco BTG Pactual S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. e suas controladas (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo aquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a opção I da Carta-Circular nº 3.435 do Banco Central do Brasil – BACEN, utilizando as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, sendo consideradas para propósito especial porque não atendem a todos os requisitos constantes do IFRS 1.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras consolidadas.

Ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas para propósito especial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Carta-Circular nº 3.435 do Banco Central do Brasil – BACEN. Conseqüentemente, essas demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

O Banco BTG Pactual S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 15 de fevereiro de 2011.

Notas Explicativas**Outros assuntos--Continuação**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em conexão com processo de obtenção de registro de Companhia Aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Demonstrações Financeiras estão sendo reapresentadas, por solicitação da CVM, para a inclusão da nota explicativa nº 29, relativa ao quadro de demonstração do valor adicionado (DVA). Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2011, exceto para a notas explicativas nºs 2 e 29, cuja data é 31 de outubro de 2011.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-RJ

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC - 1SP172167/O-6-S-RJ

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Balanços patrimoniais consolidados
31 de dezembro de 2010 e em 1º de janeiro de 2010
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2010	01/01/2010
Disponibilidades e reservas no Banco Central	7	1.622.522	87.506
Valores a receber de bancos	8	86.740	565.860
Instrumentos financeiros			
Aplicações no mercado aberto	9	2.629.508	8.115.873
Instrumentos financeiros derivativos	10	3.329.728	1.645.573
Ativos financeiros para negociação	10	34.257.042	4.945.867
Ativos financeiros avaliados ao valor justo no resultado	10	23.269.811	2.464.522
Empréstimos e recebíveis	11	4.340.974	1.409.594
Ativo fiscal diferido	27	923.753	1.144.723
Outros ativos	12	2.969.473	1.404.437
Imobilizado de uso	26.d	197.883	30.518
Ativo intangível	26.d	198.695	21.650
Total do ativo		73.826.129	21.836.123
Passivo			
Valores a pagar a bancos	8	338.891	217.776
Instrumentos financeiros			
Captações no mercado aberto	9	31.772.206	7.475.138
Instrumentos financeiros derivativos	10	3.382.596	1.702.587
Passivos financeiros para negociação	10	19.053.092	2.402.795
Passivos financeiros ao custo amortizado	10	11.707.824	5.696.421
Passivo fiscal	13	570.015	638.531
Outros passivos	14	1.463.823	514.329
Total do passivo		68.288.447	18.647.577
Patrimônio líquido	15		
Capital social		2.971.350	555.007
Reservas de capital		-	7.079
Reservas de lucro		2.711.304	906.465
Lucros acumulados		-	1.851.366
Outros resultados abrangentes - variação cambial sobre Investimentos		(144.972)	(131.371)
Total do patrimônio líquido		5.537.682	3.188.546
Total do passivo e do patrimônio líquido		73.826.129	21.836.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Demonstração consolidada do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2010
Receitas com juros e similares	18	1.826.819
Despesas com juros e similares	18	(1.132.136)
Receita líquida de juros		694.683
Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	19	380.829
Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	19	3.647
Variações cambiais líquidas		68.760
Receitas de tarifas e comissões	20	798.819
Outras receitas operacionais	23	61.119
Total de receitas		2.007.857
Outras despesas administrativas	22	(255.204)
Despesas com pessoal	21	(457.140)
Provisões	24	83.557
Despesas tributárias		(183.945)
Lucro operacional antes da tributação		1.195.125
Imposto de renda e Contribuição social	27	(379.575)
Lucro líquido do exercício		815.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Demonstração consolidada do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

	2010
Lucro líquido do exercício	815.550
Outras receitas e (despesas) reconhecidas	
Variação cambial sobre investimentos	(13.601)
Total das receitas e despesas reconhecidas	801.949
Atribuível a controladora	801.949
Total	801.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Total de reservas de lucros	Outros resultados abrangentes - variação cambial sobre investimentos	Lucros acumulados	Total
			Legal	A realizar	Estatutária				
Saldos em 01 de janeiro de 2010	555.007	7.079	111.002	276.041	519.422	906.465	(131.371)	1.851.366	3.188.546
Dividendos (R\$ 0,30 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(373.637)	(373.637)
Aumento de capital	2.416.343	(7.079)	-	-	-	-	-	-	2.409.264
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(13.601)	-	(13.601)
Constituição de reservas	-	-	-	-	1.477.729	1.477.729	-	(1.477.729)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	815.550	815.550
Destinações do lucro líquido									
Reserva legal	-	-	39.773	-	-	39.773	-	(39.773)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	93.039	93.039	-	(93.039)	-
Lucros a realizar	-	-	-	194.298	-	194.298	-	(194.298)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(15.440)	(15.440)
Dividendos distribuídos (R\$ 0,20 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(473.000)	(473.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.971.350	-	150.775	470.339	2.090.190	2.711.304	(144.972)	-	5.537.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.****Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010**

	<u>2010</u>
Atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	815.550
Ajustes ao lucro líquido	<u>(1.861)</u>
Depreciações e amortizações	11.740
Ajustes de diferenças entre BRGAAP e IFRS – ajustes de avaliação patrimonial	(13.601)
Lucro líquido ajustado do exercício	<u>813.689</u>
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais	
Reservas no Banco Central do Brasil	(74.839)
Valores a receber de bancos	479.120
Aplicação no mercado aberto	(2.269.139)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.146)
Ativos financeiros para negociação	(29.311.175)
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	(3.914.119)
Empréstimos e recebíveis	(2.931.380)
Ativo fiscal diferido	220.970
Outros ativos	(1.565.036)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais	
Valores a pagar a bancos	121.115
Captações no mercado aberto	24.297.068
Passivos financeiros para negociação	16.650.297
Passivo fiscal	(68.516)
Outros passivos	949.494
Caixa proveniente nas atividades operacionais	<u>3.393.403</u>
Atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado de uso	(174.122)
Aquisição de intangível	<u>(182.028)</u>
Caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(356.150)</u>
Atividades de financiamento	
Aumento do capital	2.409.264
Passivos financeiros ao custo amortizado	6.011.403
Juros sobre o capital próprio pago	(15.440)
Dividendos distribuídos	<u>(846.637)</u>
Caixa proveniente nas atividades de financiamento	<u>7.558.590</u>
Aumento de caixa e equivalentes	<u>10.595.843</u>
Saldo de caixa e equivalentes	
No início do exercício	8.329.527
No fim do exercício	<u>18.925.370</u>
Aumento de caixa e equivalentes	<u>10.595.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. (Banco) está constituído sob a forma de banco múltiplo, atuando em conjunto com suas controladas, oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comercial, inclusive câmbio, de investimentos, crédito, financiamento e investimento, arrendamento mercantil e crédito imobiliário.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG.

Em abril de 2009, os acionistas firmaram um contrato de venda de 100% das ações do Banco UBS Pactual S.A. para a BTG Investments, LP, o qual foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 16 de setembro de 2009.

Dando continuidade as etapas de reestruturação societária previstas, com a finalidade de buscar a simplificação da estrutura societária do Banco, com a consequente redução de custos financeiros e operacionais, em 26 de abril de 2010 o Banco incorporou a sua controladora BTG Pactual Investimentos S.A., pelo valor contábil do seu patrimônio em 31 de março de 2010, sendo que a operação não resultou em aumento de capital social, no entanto, o ágio apurado na aquisição do Banco gerou um crédito fiscal de R\$ 87.183, reconhecido contabilmente no ato da incorporação, aprovada pelo BACEN em 21 de dezembro de 2010.

Em 20 de setembro de 2010, o Banco adquiriu a totalidade das ações da Coomex, que atua e ocupa posição de destaque no setor energético nacional na comercialização e na prestação de serviços especializados de energia. A aquisição constitui um importante movimento do BTG Pactual na consolidação de uma estrutura de negociação física e financeira de commodities e amplia o mix de produtos vinculados à energia oferecidos a seus clientes.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram aprovadas pela Administração em 26 de maio de 2011.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Conformidade com o IFRS

Em atendimento à Resolução 3.786, do Conselho Monetário Nacional (CMN), as demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional, conforme os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Conformidade com o IFRS--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram as primeiras elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), bem como com as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRIC), sendo 1º de janeiro de 2010 a data de adoção inicial. Dessa forma, apresentamos a demonstração da posição financeira consolidada de abertura (balanço patrimonial consolidado de abertura) comparativamente ao balanço patrimonial consolidado apurado em 31 de dezembro de 2010. Entretanto, consoante facultado pelo Banco Central do Brasil especificamente ao seu requerimento de apresentação de demonstrações financeiras em IFRS, estas demonstrações financeiras consolidadas não representam a primeira apresentação completa em conformidade com as IFRS por não apresentar as demonstrações comparativas com o exercício anterior.

As reconciliações dos patrimônios líquidos apurados de acordo com as práticas contábeis no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e as IFRS em 31 de dezembro de 2010 e em 1º de janeiro de 2010, bem como a reconciliação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, estão apresentadas na Nota 5.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos (i) instrumentos financeiros para negociação, (ii) instrumentos financeiros derivativos, (iii) instrumentos financeiros disponíveis para a venda e (iv) instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

A moeda funcional do Banco é o real, que também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. A moeda funcional das controladas sediadas no Brasil é o real e a das controladas sediadas no exterior é o dólar norte-americano. Os efeitos da conversão de moeda das controladas sediadas no exterior são registrados no patrimônio líquido e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS, foram originalmente preparadas em atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil e estão sendo reapresentadas para a inclusão das demonstrações

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

do valor adicionado (DVA), em consonância com o processo de solicitação de registro inicial de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários.

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis significativas--Continuação

Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

O Banco revisa seus empréstimos e recebíveis individualmente significantes a cada data de balanço para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado. O julgamento da Administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro na determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão.

Empréstimos e recebíveis avaliados individualmente, e não designados para redução ao valor recuperável, e todos os empréstimos e recebíveis, que individualmente não foram considerados significativos, são avaliados coletivamente, em grupos de ativos com características de risco semelhante, para determinar se uma provisão deve ser efetuada para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos.

A avaliação coletiva leva em consideração os dados da carteira de crédito (como a qualidade do crédito, níveis de inadimplência, utilização de crédito, proporção entre empréstimos e garantias etc.), concentrações de riscos e dados econômicos (incluindo níveis de desemprego, índices de preços imobiliários, Risco-País e a performance de grupos individuais).

Redução ao valor recuperável de investimentos disponíveis para venda

O Banco revisa seus instrumentos de dívida classificados como investimentos disponíveis para venda em cada data das demonstrações financeiras para avaliar se eles estão designados para redução ao valor recuperável. Isso exige julgamento semelhante à avaliação individual de empréstimos e recebíveis.

O Banco também registra a redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais disponíveis para venda em que houve uma baixa significativa ou prolongada no valor justo, abaixo do seu custo. A determinação de que é considerada "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para alcançar esse julgamento, o Banco avalia, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, além da duração e extensão na qual o valor justo do investimento foi menor do que o seu custo.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis significativas--Continuação

Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houverem.

2.4. Mudanças nas práticas contábeis

Os pronunciamentos e interpretações em vigor até a data de preparação destas demonstrações financeiras foram adotados na sua elaboração, levando-se em consideração aqueles pronunciamentos requeridos para empresas de capital fechado. Os novos pronunciamentos, revisões e interpretações, já emitidos, cuja entrada em vigor ocorrerá em data posterior a data destas demonstrações financeiras, não foram contemplados na elaboração das mesmas.

Dentre as novidades já emitidas porém ainda não aplicáveis à data de elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas, destaca-se a IFRS 9 (Instrumentos financeiros: classificação e mensuração) faz parte do processo de substituição da IAS 39 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração). A IFRS 9 traz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é efetivo a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção ainda não está disponível, já que a Resolução 3.853, do CMN, estabeleceu que a adoção antecipada de pronunciamentos emitidos pelo IASB fica condicionada a aprovação do BACEN.

A Administração entende que a adoção das novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor não trarão impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas, como um todo, exceto para a IFRS 9, cujos impactos ainda estão sendo avaliados.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

2.4. Mudanças nas práticas contábeis--Continuação

As principais mudanças introduzidas pelo IFRS9 em relação aos requerimentos do IAS39 são sumarizadas abaixo:

- Todos os ativos financeiros que estão atualmente no escopo do IAS39 serão classificados ou como “custo amortizado” ou “valor justo”. As categorias “disponível para venda” e “mantido até o vencimento” não mais existirão.
- A classificação é baseada no modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Reclassificações entre as duas categorias (custo amortizado ou valor justo) são proibidas a menos que haja uma mudança no modelo de negócios da entidade.
- Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se dois critérios são satisfeitos: i) o objetivo do modelo de negócios seja manter o ativo financeiro até o vencimento; e ii) o fluxo de caixa contratual do instrumento seja unicamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo devedor. Todos os outros ativos financeiros são mensurados ao valor justo. Movimentos no valor justo dos ativos financeiros classificados ao valor justo são reconhecidos no resultado, exceto investimentos em ações os quais são reconhecidos como outros resultados abrangentes, sendo levados a resultado somente por ocasião de sua realização.
- É permitido a uma entidade designar um ativo financeiro que atenda as condições para “custo amortizado” a valor justo contra resultado se ao fazer isto reduza significativamente um descasamento contábil. Esta designação deve ser feita no reconhecimento inicial e é irrevogável.

3. Demonstrações financeiras consolidadas

Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco BTG Pactual S.A. e as de suas controladas diretas e indiretas, incluindo fundos de investimentos.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos direitos e obrigações, do Banco, empresas controladas, direta e indiretamente, e fundos de investimento, incluídos na consolidação foram aplicadas de maneira uniforme, sendo que os investimentos, os ativos, os passivos e os resultados existentes e/ou apurados entre as entidades consolidadas foram eliminados.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

3. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

A tabela apresentada a seguir relaciona as controladas do Banco, direta e indiretamente, incluindo os fundos de investimento, consolidados nas demonstrações financeiras.

	<u>Participação no capital total - %</u>
Participação direta	
BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	99,99
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	99,99
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	99,99
BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.	99,99
BTG Pactual Corporate Services Ltda.	0,01
BTG Pactual Securitizadora S.A.	99,99
BTG Pactual Agente Comercializador de Energia Ltda.	99,96
BTG Pactual Banking Limited	100,00
BTG Pactual Holding International S.A.	99,99
BTGP Recovery Holdings S.A.	99,99
Participação indireta	
BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.	99,98
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda.	99,99
BTG Pactual Overseas Corporation	100,00
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	99,99
BTG Pactual Corporate Services Ltda.	99,99
BTG Pactual Serviços Energéticos Ltda.-- Coomex	100,00
BTG Pactual Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda. Coomex	99,99
BTG Pactual Absolute Return II Master Fund LP	100,00
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado LS Investimento no Exterior	100,00
BTG Pactual International Port Fund SPC - CLASS C	99,83
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Seleccionados I	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I	100,00
BTG Pactual Vanguarda Fundo de Investimento em Participações	92,73
BTG Pactual Saúde Fundo de Investimento em Participações	100,00
Nala Fundo de Investimento em Participações	100,00

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco e por suas controladas diretas e indiretas são as seguintes:

a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Controlador ("Banco"). Cada uma das entidades consolidadas nas demonstrações financeiras determina a sua própria moeda funcional de acordo com o ambiente econômico no qual a entidade opera.

(i) Transações e saldos

As transações em moedas estrangeiras são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais decorrentes da liquidação das transações ou da conversão dos ativos e passivos monetários pela taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração consolidada do resultado.

(ii) Empresas do consolidado

Na data-base das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais, pela taxa de câmbio em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média ponderada das taxas de câmbio do período. As variações cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos as transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Derivativos

Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros para negociação". Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros, como a conversão em um instrumento conversível adquirido, são tratados como derivativos distintos e registrados ao valor justo se suas características econômicas e riscos não são relacionados com as do contrato principal, desde que o contrato principal não seja mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos embutidos separados do principal são mantidos ao valor justo na carteira com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração consolidada do resultado.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iv) Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação". Receitas ou despesas de juros e dividendos são registradas em "Receitas com juros e similares" e "Despesas com juros e similares" conforme os termos do contrato ou quando o direito ao pagamento for estabelecido.

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas e empréstimos a clientes que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo.

(v) Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou
- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou
- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis—Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial consolidado ao valor justo. Variações ao valor justo são registrados em “Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo no resultado”. Juros auferidos ou incorridos são apropriados em “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, respectivamente, através do método da taxa de juros efetiva, enquanto receitas de dividendos são reconhecidas como “Outras receitas (despesas) operacionais” quando o direito ao pagamento é estabelecido.

(vi) Investimentos financeiros disponíveis para venda

Instrumentos financeiros disponíveis para venda incluem ações e instrumentos de dívida. Ações classificadas como disponíveis para venda são aquelas que não são classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente. Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, os ganhos ou perdas acumulados, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e baixadas, quando aplicável, das demonstração do resultado abrangente.

(vii) Lucro ou prejuízo “Dia 1”

Quando o valor da transação é diferente do valor justo de outras transações observáveis no mercado ativo com o mesmo instrumento ou baseado em uma técnica de valorização, cujas variáveis incluem apenas dados observáveis de mercado, a diferença entre o valor da transação e o valor justo (lucro ou prejuízo “Dia 1”) é imediatamente reconhecida em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”. Nos casos em que o valor justo é determinado usando dados não observáveis de mercado, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo é reconhecida na demonstração do resultado no decorrer do prazo da operação ou quando as variáveis possam ser observáveis ou, ainda, quando o instrumento financeiro for baixado.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(viii) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimentos são ativos ou passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, menos eventuais reduções no valor recuperável, no caso dos ativos financeiros.

(ix) Valores a receber de bancos e empréstimos e recebíveis

Valores a receber de bancos e empréstimos e recebíveis incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, com a exceção de:

- Aqueles cuja intenção é vender imediatamente ou no curto prazo e aqueles designados inicialmente como ao valor justo por meio do resultado; ou
- Aqueles designados inicialmente como disponíveis para a venda; ou
- Aqueles cujo valor total do investimento não será substantivamente recuperado, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Após a mensuração inicial, os montantes de valores a receber de bancos e empréstimos e recebíveis serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável.

(x) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Baixa de ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
 - o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

Quando o banco transfere o direito de receber o fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do banco no ativo. Nesse caso, o banco também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pelo banco.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Aplicações e captações no mercado aberto (operações compromissadas)

Títulos vendidos com contrato de recompra e uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que os riscos e benefícios da posse são substancialmente retidos no consolidado. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em “captações no mercado aberto”, refletindo a essência econômica da transação como uma dívida do consolidado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada segundo o prazo do contrato, de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Quando a contrapartida tem o direito de vender ou de oferecer novamente os títulos como garantia, o consolidado reclassifica esses títulos no seu balanço patrimonial como ativos financeiros para negociação.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em aplicações no mercado aberto, refletindo a essência econômica da transação como um empréstimo do consolidado. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrado como receita de juros e é apropriada segundo o prazo do contrato, de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Se os títulos de adquiridos com acordo de revenda são subsequentemente vendidos para terceiros, a obrigação de retornar os títulos é registrada com uma venda a descoberto, incluída em passivos financeiros ao valor justo no resultado e mensurados ao valor justo com qualquer ganho ou perda incluída em ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros ao valor justo.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Títulos emprestados e tomados por empréstimo

Transações de títulos emprestados e tomados por empréstimo são geralmente garantidos por outros títulos ou pelo caixa. A transferência do título para a contraparte é refletida no balanço patrimonial somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa adiantado ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no balanço patrimonial, a menos que tenham sido vendidos para terceiros e, nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação com ganhos ou perdas incluídos em ganhos (perdas) com instrumentos financeiros para negociação.

f) Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1 : Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda. O valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões e não são reconhecidas perdas esperadas em eventos futuros. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e coletivamente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

(l) *Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado*

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (como montantes de valores a receber de bancos, empréstimos e adiantamentos a clientes), o Banco avalia individualmente se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução ao valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (exceto perdas futuras esperadas com crédito que ainda não foram incorridas). O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. Receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. A receita de juros é registrada como parte de 'receita de juros'. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para o Banco. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a *redução ao valor recuperável* foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão. Se uma baixa futura é posteriormente recuperada, o montante é creditado a 'Perdas de crédito'.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a TJE atual. O cálculo do valor presente do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

h) Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Reconhecimento de receitas e despesas

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. Os critérios de reconhecimento específicos a seguir devem ser cumpridos antes que a receita seja reconhecida:

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

(i) Receitas e despesas de juros

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, as receitas ou despesas de juros são registrados segundo o método da taxa de juros efetiva, que é a taxa que exatamente desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados pela vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado se o banco revisa suas estimativas de pagamento e recebimento. O valor contábil ajustado é calculado com base na taxa de juros original e o ajuste no valor contábil é registrado como "Outras receitas (despesas) operacionais". Porém, para um ativo financeiro reclassificado para o qual o banco subsequentemente aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

Uma vez que o valor registrado de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros semelhantes são baixados devido à perda com redução ao valor recuperável, a receita de juros continua a ser reconhecida utilizando a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

(ii) Receitas de tarifas e comissões

O banco auferir receitas de tarifas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receitas provenientes de taxas podem ser segregada nas seguintes categorias:

Receitas com tarifas e comissões auferidas de serviços prestados em um determinado período

Tarifas e comissões auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria. Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado - e outras taxas relacionadas ao crédito - são diferidas (junto com qualquer custo incremental) e reconhecidas como um ajuste à taxa de juros efetiva do empréstimo. Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso utilizando o método linear.

Receitas com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com *performance* específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

(iii) Receitas líquidas de negociação

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros para negociação.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa como referidos nas demonstrações de fluxo de caixa incluem caixa disponível, contas correntes sem restrições com bancos e, quando aplicável, valores a receber de bancos disponíveis ou com vencimento original em três meses ou menos.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

k) Negociação e intermediação de valores

Negociação e intermediação de valores são demonstradas pelo valor de compra e venda de ativos financeiros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação

l) Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado a custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como alterações no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em 'outras receitas operacionais' na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

m) Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido ao valor justo. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Quando subsidiárias são vendidas, a diferença entre o preço de venda e os ativos líquidos somados às diferenças acumuladas de conversão de moeda estrangeira e o ágio é reconhecida na demonstração do resultado.

n) Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis incluem o valor de *software* de computadores. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados que são a ele atribuídos serão realizados. As despesas de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a função do ativo intangível.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

o) Garantias financeiras prestadas

No curso ordinário dos negócios, o banco concede garantias financeiras, por meio de cartas de crédito, garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em 'outros passivos') pelo valor do prêmio e é amortizado pelo prazo do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o passivo é mensurado pelo maior valor entre o montante reconhecido inicialmente menos, quando apropriado, o valor da amortização acumulada reconhecida no resultado, e a melhor estimativa dos custos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira gerada por essa garantia.

p) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o banco tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como o resultado de um evento passado, é provável que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis--Continuação

q) Impostos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada, e são reconhecidos sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e de 15% para contribuição social.

Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto corrente e imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

Ativos e passivos tributários diferidos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

r) Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de ações

Dividendos e juros sobre capital próprio de ações são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas do Banco. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitos à decisão futura do Banco.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

5. Transição para o IFRS

Conforme detalhamento na Nota 2.1, a transição para o IFRS foi registrada de acordo com o IFRS 1 e a data da transição foi 1º de janeiro de 2010. Como resultado, as políticas contábeis do banco nestas demonstrações contábeis consolidadas foram modificadas na mesma data da transição com o objetivo de atender o IFRS em respeito as políticas contábeis aplicadas para fins de BRGAAP.

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo. O banco elaborou seu balanço patrimonial inicial em 1 de janeiro de 2010 por meio da aplicação das normas e políticas contábeis, das bases de mensuração descritas na Nota 4, e adotou as seguintes isenções:

a) Combinações de negócios e escopo de consolidação

O IFRS 1 permite que combinações de negócios e aquisições passadas de investimentos em associadas ocorridas antes da data de transição não sejam reavaliadas, retrospectivamente, através da aplicação do IFRS 3. Esta isenção permite que a companhias que adotem o IFRS pela primeira vez, mantenham, basicamente, o tratamento contábil adotado na prática contábil anterior, neste caso o BRGAAP. O banco adotou esta isenção até 1º de janeiro de 2010 e subsequente, aplicou o IFRS 3 ou o IAS 28, como apropriado para contabilizar somente as combinações de negócios e aquisições de investimentos em associadas ocorridas após essa data.

De acordo com a isenção permitida pelo IFRS 1, foram mantidas as políticas contábeis utilizadas para a contabilização inicial e mensuração subsequente dos ágios gerados nas aquisições anteriores a data de transição conforme BRGAAP, onde os ágios foram integralmente amortizados no momento em que essas aquisições ocorreram. No foram reconhecidos, no BRGAAP, ativos intangíveis oriundos das aquisições anteriores a data de transição.

O IFRS 1 também requer que caso o banco não houvesse consolidado alguma subsidiária adquirida no BRGAAP, os valores contábeis de ativos e passivos dessa subsidiária adquirida seriam ajustados conforme o IFRS. Entretanto, não ocorreram aquisições de subsidiárias que não tenham sido consolidadas em BRGAAP antes da transição para o IFRS.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

5. Transição para o IFRS--Continuação

b) Valor justo considerado como custo inicial

Segundo o IFRS 1, uma entidade pode na data de transição para o IFRS, mensurar um item do ativo imobilizado pelo seu valor justo, passando este valor a ser o custo inicial deste ativo, a partir desta data. O banco não fez uso desta isenção do IFRS 1. O custo do ativo imobilizado foi determinado com base no custo histórico, apurado no BRGAAP, ajustados pela inflação para os anos em que o Brasil foi considerado hiperinflacionário de acordo com o IAS 29.

c) Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos

O IAS 39 permite que uma entidade designe instrumentos financeiros na categoria de ativos ou passivos financeiros a valor justo através do resultado ou como ativos financeiros disponíveis para a venda na data de aquisição ou emissão do instrumento financeiro. Segundo a isenção do IFRS 1, esta designação, no caso da primeira adoção do IFRS, pode ser feita na data de transição, mesmo que originalmente o instrumento tenha sido designado em outra categoria. O banco não adotou essa isenção permitida pelo IFRS 1 e não redesignou ativos financeiros existentes na data de transição, mantendo a designação existente em BRGAAP em 1º de janeiro de 2010.

d) Mensuração do valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição

O IFRS 1 determina que uma entidade deva aplicar requerimentos específicos do IAS 39 para mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição para IFRS. O IAS 39 requer que técnicas de avaliação de ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo incorporem todos os fatores que um participante de mercado consideraria na determinação de preço quando utilizam-se metodologias consistentes e aceitas economicamente para a precificação de tais instrumentos. Adicionalmente, o IAS 39 estabelece as regras para situações nas quais uma entidade pode vir a reconhecer um ganho ou perda inicial na contratação de um ativo ou passivo financeiro (lucro ou prejuízo "Dia 1"). Como consequência deste requerimento, o IAS 39 requer que um ganho ou perda gerado na contratação inicial ou mudanças subsequentes do valor justo de um instrumento financeiro, somente fossem reconhecidos caso a metodologia de cálculo de valor justo incluísse dados e cotações observáveis diretamente no mercado na data de avaliação do valor justo.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

5. Transição para o IFRS--Continuação

e) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O IFRS 1 requer que uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique as regras de “desreconhecimento” (“asset and liability derecognition” como definido pelo IAS 39) de ativos e passivos financeiros prospectivamente para transações ocorridas após 1º de janeiro de 2004. Consequentemente, caso o banco tivesse “desreconhecido”, de acordo com o BRGAAP, um ativo ou passivo financeiro não derivativo como resultado de uma transação ocorrida antes de 1º de janeiro de 2004, não poderia voltar a reconhecer esse ativo ou passivo na transição para o IFRS. Adicionalmente, o IFRS 1 permite a aplicação das normas de “desreconhecimento” de ativos e passivos financeiros retrospectivamente, em uma data escolhida pela entidade, desde que as informações necessárias para aplicar tais normas tivessem sido obtidas na data de registro da transação que deu origem ao “desreconhecimento”.

f) Estimativas

O IFRS 1 requer que as estimativas usadas pela administração para fins de IFRS na data de transição estejam consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com o GAAP anterior, a menos que haja evidência de erros na preparação das estimativas no GAAP anterior em comparação ao IFRS. Adicionalmente, caso a Administração obtenha uma informação após a data de transição para o IFRS que impacte estimativas que tinham sido feitas de acordo com BRGAAP, ela deveria tratar esta informação como um evento posterior à data do balanço, e seguir o tratamento contábil do IAS 10. O IAS 10 é aplicável para o balanço patrimonial consolidado de abertura e para períodos comparativos apresentados na preparação da primeira demonstração contábil em IFRS de uma entidade, se houver. O banco considerou as estimativas utilizadas para BRGAAP consistentes com as estimativas utilizadas na data de transição para IFRS e, portanto, não houve mudanças de estimativas devido à existência de informações obtidas em data subsequente à de transição que requeressem algum ajuste nas estimativas para fins de IFRS.

g) Participações de não controladores

O IFRS 1 requer que a entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique alguns requisitos do IAS 27 prospectivamente à data de transição. Contudo, esses requisitos não geraram impacto para o banco, uma vez que não existem participações de não controladores.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

5. Transição para o IFRS--Continuação

h) Instrumentos financeiros compostos

O IAS 32 requer que passivos financeiros compostos tenham seus componentes separados e classificados como instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio. Essa classificação é determinada através da substância econômica e termos específicos desses instrumentos na data de sua emissão. O IFRS 1 permite não separar esses dois componentes, caso o componente de dívida já não esteja em aberto na data de transição. Essa isenção não gerou impactos para o BTG Pactual.

i) Transações de pagamentos baseados em ações

O IFRS 1 não requer que a entidade adote o IFRS 2 para benefícios a empregados na forma de opções de compra de ações concedidos antes de 7 de novembro de 2002 e também para benefícios concedidos após 7 de novembro de 2002, mas cujas condições para sua realização ou gozo tenham sido atingidas antes da data de transição ou antes de 1º de janeiro de 2010(das duas, a mais recente). Essa isenção não gerou impactos para o BTG Pactual, pois não há acordos ou contratos que possuam transações com pagamentos baseados em ações.

j) Leasing

A entidade que aplica IFRS pela primeira vez pode optar pela aplicação das regras de transição específicas do IFRIC 4 – *“Determining whether an arrangement contains a lease”* podendo determinar se um contrato de leasing existe na data de transição para IFRS com base nos fatos e circunstâncias existentes na data de transição. A aplicação da IFRIC 4 não gera impactos no BTG Pactual, pelo fato de não terem sido identificados contratos que deveriam ser contabilizados como um contrato de leasing.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

5. Transição para o IFRS--Continuação

k) Reconciliação entre BRGAAP e IFRS aplicáveis ao patrimônio líquido

Demonstramos abaixo a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS em 1º de janeiro de 2010 (data de transição) e no exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	Ref.	01/01/2010	31/12/2010	01/01 a 31/12/2010
		Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	Resultado
Patrimônio líquido consolidado de acordo com as práticas contábeis brasileiras		3.244.500	5.602.593	810.906
Ajustes que afetam o PL entre BRGAAP e IFRS		(55.954)	(64.911)	4.644
Ajuste ao valor justo	(i)	(2.755)	10.177	13.414
Ajuste de taxa efetiva de juros	(ii)	(25.626)	(26.791)	(1.165)
Reconhecimento de ativos vendidos com retenção de risco	(iii)	(64.878)	(105.532)	(40.655)
Reclassificação de variação cambial sobre investimentos no exterior - BTG Pactual Banking limited	(iv)	-	-	22.697
Reversão de amortização do ágio	(v)	-	8.376	8.376
Imposto diferido sobre ajustes de GAAP	(vi)	37.305	48.859	1.977
Patrimônio líquido consolidado em IFRS		3.188.546	5.537.682	815.550

(i) Ajuste ao valor justo

Refere-se, substancialmente, ao efeito do ajuste ao valor justo, de instrumentos financeiros de propriedade de fundos de investimento controlados pelo Banco que no BRGAAP são mensurados segundo as normas aplicáveis aos respectivos fundos de investimento.

(ii) Diferimento de comissões pela taxa efetiva de juros

As comissões inerentes às operações de crédito, avaliadas a custo amortizado, foram ajustadas para compor a taxa efetiva de juros em atendimento ao IAS 39 "Instrumentos financeiros – Reconhecimento e mensuração".

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

5. Transição para o IFRS--Continuação

k) Reconciliação entre BRGAAP e IFRS aplicáveis ao patrimônio líquido-- Continuação

(iii) Reconhecimento de ativos vendidos com retenção de risco

Segundo orientação do IFRS, na venda de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios, o ativo objeto deve permanecer registrado no ativo, sendo as receitas decorrentes de tais ativos apropriadas pelo prazo remanescente das operações vendidas. Nesses casos o valor recebido na venda deve ser registrado no passivo e os custos apropriados pelo prazo remanescente da operação. De acordo com o BRGAAP, tais ativos são baixados e o resultado positivo ou negativo apurado na venda deve ser registrado ao resultado do período na data da operação.

(iv) Variação cambial sobre investimentos no exterior

Refere-se a variação cambial sobre investimentos no exterior que para fins de BRGAAP é reconhecida no resultado do exercício enquanto que em IFRS é reconhecida no patrimônio líquido em "outros resultados abrangentes".

(v) Reversão da amortização do ágio

Segundo as práticas contábeis emanadas pelo BACEN, o ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura é sujeito a amortização e teste de recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou sempre que existam indicações quanto à perda do valor dos ativos adquiridos. De acordo com o IAS 38, o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação da perda do valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano, ou sempre que haja alguma indicação de possível perda de recuperabilidade. Em função desta diferença entre as normas, o valor da despesa de amortização do ágio referente ao exercício de 2010 foi revertida integralmente.

(vi) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferidos sobre os ajustes mencionados nos itens anteriores.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

6. Combinação de negócios

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia realizou combinação de negócio da empresa Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda.– Coomex, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Empresa	Data de aquisição	Participação societária adquirida	Valor da operação	Valor pago até 31.12.2010	Valor a pagar	Alocação ágio/compra vantajosa
Coomex	20/09/10	99,99%	183.099	(105.249)	77.850	167.515

Em 20 de setembro de 2010, o banco adquiriu através de sua subsidiária BTG Pactual Agente Comercializador de Energia Ltda. 99.99% das ações da BTG Pactual Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda.– Coomex, que atua e ocupa posição de destaque no setor energético nacional na comercialização e na prestação de serviços especializados de energia. A aquisição constitui um importante movimento do BTG Pactual na consolidação de uma estrutura de negociação física e financeira de *commodities* e amplia o “*mix*” de produtos vinculados à energia oferecidos a seus clientes.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição é apresentado a seguir:

	<u>Coomex</u> Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	21.317
Contas a receber de clientes	50.227
Outros ativos	15.170
	<u>86.714</u>
Passivos	
Contas a pagar a fornecedores	46.730
Empréstimos	20.946
Outros passivos	11.409
	<u>79.085</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos	7.629
Eventos subseqüentes ao balanço de 31/08/2010	7.955
Ágio na aquisição	167.515
Total da contraprestação	183.099

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

6. Combinação de negócios -- Continuação**Ativos adquiridos e passivos assumidos**

O ágio gerado na aquisição da Coomex foi de R\$ 167.515 e compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros. A administração está em processo de revisão dos valores justos dos ativos e passivos conforme previsto no IFRS 3, para a respectiva alocação do ágio, se aplicável.

7. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	2010
Disponibilidades	<u>1.522.813</u>
Depósitos no Banco Central	<u>99.709</u>
	<u>1.622.522</u>

8. Valores a receber/pagar a bancos

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	Ativo	Passivo
Depósitos interfinanceiros	<u>85.657</u>	<u>338.891</u>
Aplicações em moeda estrangeira – Overnight	<u>1.083</u>	<u>-</u>
	<u>86.740</u>	<u>338.891</u>

9. Aplicações e captações no mercado aberto

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	Ativo	Passivo
Operações com recursos próprios	<u>189.007</u>	<u>24.182.695</u>
Operações com recursos de terceiros	<u>2.440.501</u>	<u>7.589.511</u>
	<u>2.629.508</u>	<u>31.772.206</u>

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

10. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros derivativos

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Instrumentos financeiros derivativos		
Operações de swap	313.759	229.590
Vendas a termo a receber/compras a termo a pagar	1.355.631	1.360.086
Prêmios de opções	253.705	370.103
Termo de moedas – NDF	132.011	206.538
Carteira de câmbio	1.274.622	1.216.279
	<u>3.329.728</u>	<u>3.382.596</u>

b) Ativos financeiros

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	<u>Ativos financeiros para negociação</u>	<u>Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado</u>
Carteira própria		
Títulos da dívida pública	3.285.921	-
Quotas de fundos de investimento	1.129.508	-
Ações de companhias abertas	2.161.066	-
Títulos de dívida privada	3.032.706	-
Vinculados a compromissos de recompras		
Títulos da dívida pública	22.398.147	-
Títulos de dívida privada	498.806	-
Vinculados à prestação de garantias		
Títulos da dívida pública	792.929	-
Ações de companhias abertas	957.959	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Posição bancada		
Títulos da dívida pública	-	292.152
Títulos de dívida privada	-	270.642
Posição financiada		
Títulos da dívida pública	-	5.142.950
Posição vendida		
Títulos da dívida pública	-	17.564.067
Total	<u>34.257.042</u>	<u>23.269.811</u>

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

10. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros--Continuação

c) Passivos financeiros

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	Passivos financeiros para negociação	Passivo financeiro ao custo amortizado
Empréstimos de ações	1.173.165	-
Empréstimos de títulos de dívida pública	17.879.927	-
Depósitos		-
Depósitos a vista	-	2.312.891
Depósitos a prazo	-	7.908.932
Outros depósitos	-	12.830
Recursos e aceites cambiais		
Letras imobiliárias e similares	-	1.311.890
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	6.019
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	1
Empréstimos no exterior	-	55.161
Obrigações por repasse no país- FINAME	-	100.100
Total	19.053.092	11.707.824

Não houve reclassificações entre as categorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

10. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros -- Continuação

d) Mensuração do valor justo

Apresentamos abaixo um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo banco:

Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez - valor justo no resultado	15.563.553	7.706.258	-	23.269.811
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	3.133.875	195.853	-	3.329.728
Títulos e valores mobiliários - negociação	29.338.337	4.376.162	542.543	34.257.042
Instrumentos financeiros derivativos – passivo	2.918.575	464.021	-	3.382.596
Empréstimos de ações - negociação	1.173.165	-	-	1.173.165
Captação no mercado aberto - negociação	17.879.927	-	-	17.879.927
Depósitos – custo amortizado	10.234.653	-	-	10.234.653
Recursos e aceites cambiais - custo amortizado	1.317.909	-	-	1.317.909
Recebimentos e pagamentos a liquidar - custo amortizado	1	-	-	1
Empréstimos no exterior - custo amortizado	55.161	-	-	55.161
Obrigações por repasse no país- FINAME - custo amortizado	100.100	-	-	100.100

Não foram efetuadas reclassificações entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

11. Empréstimos e recebíveis – Empréstimos e recebíveis

a) A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

Empréstimos e recebíveis	Saldo	Provisão	Total
Empréstimos	2.398.457	(79.514)	2.318.943
Financiamentos	1.002.652	(1.084)	1.001.568
Repasse FINAME/BNDES	100.535	(70)	100.465
Financiamento de títulos e valores mobiliários	102.713	-	102.713
Fundo de compensação de variações salariais - FCVS	34.406	-	34.406
Títulos e créditos a receber (i)	623.873	(489)	623.384
Sem característica de concessão de crédito	139.525	(30.676)	108.849
Devedores por negociação e intermediação de valores	50.646	-	50.646
	4.452.807	(111.833)	4.340.974

(i) Referem-se a operações de aquisição de direitos creditórios

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e recebíveis – Empréstimos e recebíveis – Continuação

b) A movimentação da provisão para durante os exercício foi a seguinte:

	2010
Saldos iniciais	<u>(139.442)</u>
Constituição de provisão	<u>(7.030)</u>
Créditos baixados para prejuízo	<u>34.639</u>
Saldos finais	<u><u>(111.833)</u></u>
Composição dos saldos finais	
Provisão para operações de crédito	<u>(110.921)</u>
Provisão para outros créditos	<u>(912)</u>
	<u><u>(111.833)</u></u>

12. Outros ativos

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	2010
Depósitos judiciais	<u>434.647</u>
Impostos a compensar	<u>172.366</u>
Opções por incentivos fiscais	<u>1.317</u>
Caixas de registros e liquidação	<u>8.547</u>
Devedores/credores - conta liquidações pendentes	<u>1.757.948</u>
Devedores por empréstimos de ações	<u>223.008</u>
Serviços prestados a receber	<u>92.144</u>
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimento	<u>111.147</u>
Investimentos temporários	<u>30.312</u>
Outros valores e bens	<u>18.541</u>
Despesas antecipadas	<u>2.300</u>
Outros investimentos	<u>7.916</u>
Provisão para perda	<u>(2.987)</u>
Diversos	<u>112.267</u>
	<u><u>2.969.473</u></u>

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

13. Passivo fiscal

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	<u>2010</u>
Diferidos:	
Contribuição social e imposto de renda diferidos	9.744
Correntes:	
Impostos e contribuições a recolher	42.596
Impostos e contribuições a pagar	79.399
Tributos com exigibilidade suspensa:	
PIS	33.853
COFINS	368.752
CSL	7.560
IR	1.534
Outros	6.736
Outros	<u>19.841</u>
Passivo fiscal	<u><u>570.015</u></u>

14. Outros passivos

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	<u>2010</u>
Caixa de registros e liquidação	163.957
Devedores/credores - conta liquidações pendentes	714.362
Resultado dos exercícios futuros	24.290
Participações de funcionários nos lucros	230.601
Gratificações a pagar	41.443
Provisão para pagamentos a efetuar	168.242
Obrigações por aquisição de bens e direitos	83.074
Provisão para passivos contingentes	27.579
Outros	<u>10.275</u>
	<u><u>1.463.823</u></u>

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 2.400.000.000 de ações, sendo 1.200.160.000 ações ordinárias, 298.445.596 ações preferenciais classe A e 901.394.404 ações preferências classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010 e aprovada pelo BACEN em 08 de dezembro de 2010 foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 7.079 mediante realização de reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em AGEs realizadas em 9 de dezembro de 2010 e aprovadas pelo BACEN em 24 de dezembro de 2010 foram determinadas as seguintes deliberações: (i) criação de ações preferenciais classe A e classe B as quais não terão direito a voto, sendo-lhes assegurada, em caso de dissolução do Banco, a prioridade no reembolso, sem prêmio, do capital social. As ações classe B serão conversíveis em ações ordinárias ou preferenciais classe A, de acordo com as condições previstas no Estatuto; (ii) desdobramento de todas as 1.253.583.889 ações ordinárias de emissão do Banco, de modo que o capital social passou a ser dividido em 1.952.331.606 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; (iii) conversão de 901.394.404 ações ordinárias em 901.394.404 ações preferenciais classe B; (iv) aumento de capital de R\$ 2.409.264 mediante a emissão de 447.668.394 novas ações sendo 149.222.798 ações ordinárias e 298.445.596 ações preferências classe A.

b) Reserva legal

Constituída conforme a legislação em vigor, à alíquota de 5% do lucro líquido anual, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

15 Patrimônio Líquido – Continuação

d) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi constituída em função do resultado não distribuído apurado em controladas no exterior.

e) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em Reuniões de Diretoria realizadas em 18 de março, 26 de abril e 20 de setembro de 2010, foram deliberadas distribuições de dividendos, referentes a lucros de exercícios anteriores, nos montantes de R\$ 133.061, R\$ 13.000 e R\$ 227.576, respectivamente. Em 29 de dezembro de 2010 foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 473.000 referentes a lucros do exercício corrente.

Em 20 de setembro de 2010, juros sobre capital próprio foram deliberados no montante de R\$ 15.440, que gerou um benefício fiscal obtido pela dedutibilidade de despesa, da ordem de R\$ 6.176.

16 Gestão de riscos

a) Risco de mercado

Através de modelos de cálculos de Value-at-Risk e, principalmente, via testes de estresse e análises de cenário, os diversos cenários vislumbrados para o comportamento dos mercados são devidamente simulados, o que permite a identificação dos principais componentes do risco a serem neutralizados. O desenvolvimento de sistemas computacionais para o apoio a tomada de decisão permite que todo o processo de investimento – incluindo a seleção, análise, monitoramento, otimização e simulação – seja realizado de forma eficiente. Para o cálculo do Value-at-Risk, são utilizadas as metodologias de simulação histórica e, quando necessário, simulação de Monte Carlo. Já para os testes de estresse, três modelos distintos são utilizados: teste de estresse histórico, pior cenário das correlações e stress test hipotético.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

16. Gestão de riscos--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

O Value-at-Risk que o banco mensura é uma estimativa, utilizando um nível de confiança de 95%, de perda potencial que não é esperada a exceder se a posição de risco de mercado corrente for a ser mantida inalterada por um dia. O uso do nível de confiança de 95% significa que, dentro do horizonte de um dia, perdas que excedem o montante de Value-at-Risk devem somente ocorrer, em média de condição de mercado normal, não mais de cinco vezes em cada 100 dias.

O valor do Value-at-Risk no encerramento do exercício era de R\$ 32,6 milhões.

b) Risco de crédito

Todas as contrapartes do banco e suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do banco e suas controladas são estabelecidos pelo Comitê de Crédito e são revisados regularmente. A mensuração e o acompanhamento da exposição total do banco e suas controladas ao risco de crédito, abrange todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

16. Gestão de riscos--Continuação**b) Risco de crédito--Continuação**

A exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por região geográfica estão demonstrados a seguir:

Ativo	Brasil	Exterior	Total
Caixa e saldo no Banco Central	809.230	813.292	1.622.522
Valores a receber de bancos	86.740	-	86.740
Aplicação no mercado aberto	2.629.508	-	2.629.508
Instrumentos financeiros derivativos	1.276.498	2.053.230	3.329.728
Ativos financeiros para negociação			
Títulos e valores mobiliários	13.418.410	17.719.607	31.138.017
Ativos financeiros avaliados ao valor justo no resultado			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.442.475	7.827.336	23.269.811
Empréstimos e recebíveis	3.182.815	1.158.159	4.340.974
Total do ativo	36.845.676	29.571.624	66.417.300

A tabela a seguir demonstra as principais exposições ao risco de crédito com base nos valores contábeis e categorizados por atividade econômica das contrapartes:

Ativo	Instituições Financeiras	Governos	Serviços	Indústria	Outros	Total
Caixa e saldo no Banco Central	1.622.522	-	-	-	-	1.622.522
Valores a receber de bancos	86.740	-	-	-	-	86.740
Aplicação no mercado aberto	2.629.508	-	-	-	-	2.629.508
Instrumentos financeiros derivativos	1.065.513	-	-	-	2.264.215	3.329.728
Ativos financeiros para negociação						
Títulos e valores mobiliários	794.827	25.684.068	702.612	462.492	2.364.510	30.008.509
Quotas de fundos de investimento	-	-	-	-	1.129.508	1.129.508
Ativos financeiros avaliados ao valor justo no resultado						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.707.017	292.152	-	-	270.642	23.269.811
Empréstimos e recebíveis	-	-	2.801.908	915.741	623.325	4.340.974
Total do ativo	28.906.127	25.976.220	3.504.520	1.378.233	6.652.200	66.417.300

Os ativos financeiros que estão vencidos sem evento de perda ou individualmente vencidos com evento de perda estão cobertos parcialmente ou em sua totalidade por garantias.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

16. Gestão de riscos--Continuação

c) Risco de liquidez

O banco e suas controladas gerenciam o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade de crédito e de grande liquidez, utilizando recursos obtidos através de contrapartes de primeira linha a taxas extremamente competitivas.

O banco e suas controladas mantêm uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Além disso, eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

Análise dos passivos financeiros por vencimento contratual remanescente.
A tabela abaixo resume o perfil de vencimento dos ativos e passivos do banco em 31 de dezembro de 2010.

Ativo	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Caixa e saldo no Banco Central	1.622.522	-	1.622.522
Valores a receber de bancos	86.740	-	86.740
Aplicação no mercado aberto	2.629.508	-	2.629.508
Instrumentos financeiros derivativos	3.165.910	163.818	3.329.728
Ativos financeiros para negociação	34.257.042	-	34.257.042
Ativos financeiros avaliados ao valor justo no resultado	23.269.811	-	23.269.811
Empréstimos e recebíveis	2.812.127	1.528.847	4.340.974
Ativo fiscal diferido	-	923.753	923.753
Outros ativos	2.341.889	627.584	2.969.473
Imobilizado de uso	-	197.883	197.883
Ativo intangível	-	198.695	198.695
Total do ativo	70.185.549	3.640.580	73.826.129

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

16. Gestão de riscos--Continuação

c) Risco de liquidez -- Continuação

Passivo	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Valores a pagar a bancos	338.891	-	338.891
Captações no mercado abertoel	31.772.206	-	31.772.206
Instrumentos financeiros derivativos	3.128.505	254.091	3.382.596
Passivo financeiros para negociação	19.053.092	-	19.053.092
Passivo financeiro ao custo amortizado	10.549.088	1.158.736	11.707.824
Passivo fiscal	-	570.015	570.015
Outros passivos	1.422.380	41.443	1.463.823
Patrimônio líquido	-	5.537.682	5.537.682
Total	66.264.162	7.561.967	73.826.129

d) Risco operacional

Alinhado às orientações do Banco Central do Brasil e aos conceitos do Comitê de Basileia, o banco definiu uma Política de Gerenciamento de Risco Operacional aplicável ao banco e as suas controladas no Brasil e no exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento do risco à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O banco e suas controladas têm uma forte cultura de gestão de risco operacional, que se baseia na avaliação, monitoramento, simulação e validação dos riscos e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle do risco operacional, visando ao cumprimento das exigências dos órgãos reguladores, adaptação rápida a mudanças e antecipação a tendências futuras, entre as quais podemos destacar as propostas no Novo Acordo de Capital da Basileia.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

17 Partes relacionadas

As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco BTG Pactual S.A.

Os saldos das operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

				2010	
		Grau de	Prazo	Ativo/	Receitas/
		relação	Até	Passivo	(Despesas)
Ativo					
Outros créditos					
Rendas a receber					
- BTG Global Asset Management Limited	Ligada	sem vencimento		15.398	52.685
				15.398	52.685
Passivo					
Depósitos					
Depósitos à vista					
- BTG Pactual Stigma Participações S.A	Ligada	sem vencimento		89	-
- BTG Alpha Participações Ltda	Ligada	sem vencimento		44	-
- BTG Alpha Investments LLC	Ligada	sem vencimento		5	-
- Sócios e pessoal chave da administração	-	sem vencimento		17	-
Depósitos à prazo					
- BTG Pactual Alpha Participações Ltda	Ligada	23/12/2011		3.371	(342)
Diversas					
- BTG Pactual US Capital Corp.	Ligada	sem vencimento		4.154	(10.590)
				7.680	(10.932)

A remuneração total do pessoal chave da administração, a qual é considerada benefício de curto prazo, foi de R\$ 6.662.

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

18 Receita (despesa) de juros

Receitas de juros na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos independentemente da medição do valor justo. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de ojimpostos retidos na fonte.

Despesas de juros na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito inclusive remuneração em espécie, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

19 Resultado com negociação de instrumentos financeiros

Os ganhos (perdas) com instrumentos financeiros são compostos por valores referentes à avaliação dos instrumentos financeiros e por seus ganhos e perdas.

	Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	Instrumentos financeiros para negociação
Aplicação interfinanceira de liquidez	3.647	-
Títulos de renda fixa e renda variável	-	(391.457)
Fundos de investimento	-	356.461
Instrumentos financeiros derivativos		415.825
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	3.647	380.829

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

20 Receita líquida de tarifas e comissões

Essa receita é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros. Abaixo segue quadro com a abertura desses valores:

	<u>2010</u>
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimento	343.413
Corretagem em bolsa	107.673
Assessoria técnica	265.706
Comissão de colocação de títulos	64.257
Outros serviços	<u>17.770</u>
TOTAL	<u><u>798.819</u></u>

21 Despesas com pessoal

A composição desta rubrica está demonstrada a seguir:

	<u>2010</u>
Remuneração direta	388.079
Benefícios	16.194
Encargos	52.555
Outras despesas de pessoal	<u>312</u>
	<u><u>457.140</u></u>

22 Outras despesas administrativas

A composição desta rubrica está demonstrada a seguir:

	<u>2010</u>
Instalações	20.312
Materiais	4.858
Processamento de dados e telecomunicações	59.316
Propaganda, promoções e publicações	13.315
Serviços de terceiros	72.965
Serviços do sistema financeiro	28.446
Viagens	14.784
Processos judiciais	19.185
Outros	<u>22.023</u>
	<u><u>255.204</u></u>

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

23 Outras receitas (despesas) operacionais

A composição desta rubrica está demonstrada a seguir:

	<u>2010</u>
Atualização monetária de depósitos judiciais	25.684
Indenização por recuperação judicial	31.680
Reversão de ágio	8.376
Despesa de atualização de impostos	(2.949)
Reembolso de custos financeiros operacionais	(3.787)
Outras receitas (despesas)	2.115
	<u>61.119</u>

24 Provisões

A composição desta rubrica está demonstrada a seguir:

	<u>2010</u>
Reversão de provisão (i)	98.964
Provisão para amortização de ágio	(8.377)
Provisão para operações de crédito e outros créditos	(7.030)
	<u>83.557</u>

(i) Reversão de provisão para perda de título sem característica de concessão de crédito, em função de indenização judicial.

25 Outras informações**a) Depósitos**

Os depósitos interfinanceiros e a prazo, emitidos a taxas de mercado, possuíam os seguintes prazos médios ponderados:

	<u>2010</u>
Depósitos interfinanceiros	221
Depósitos a prazo	283

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

25 Outras informações—Continuação**b) Compromissos e responsabilidades**

O banco e suas controladas têm como principais compromissos e responsabilidades o seguinte:

	<u>2010</u>
Coo brigações e riscos em garantias prestadas (i)	1.122.929
Responsabilidades por administração de fundos e carteiras de investimentos (ii)	99.409.007
Depositários de valores em custódia (iii)	40.274.434
Negociação e intermediação de valores (iv)	888.938.214

(i) Referem-se, basicamente, a fianças concedidas, destinadas à garantia de operações em bolsa.

(ii) Registradas pelo somatório dos valores patrimoniais dos fundos e carteiras de investimento.

(iii) Refletem as posições de terceiros de títulos públicos e privados custodiados no SELIC e na CETIP S,A, respectivamente, registrados pelo valor de emissão, quando pós-fixados, e pelo valor de resgate, quando prefixados, Inclui também, as quantidades de ações de clientes, custodiadas na BM&FBOVESPA ao preço de R\$ 1,00 por ação.

(iv) Representam os valores dos contratos de compra e venda de instrumentos financeiros derivativos, relacionados a operações de terceiros.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa consideradas na apresentação das Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa estão demonstrados na tabela a seguir:

	<u>31/12/10</u>	<u>01/01/10</u>
Disponibilidades	1.522.813	62.636
Operações de <i>overnight</i>	1.083	511.387
Aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento de até 90 dias	17.401.474	7.755.504
	18.925.370	8.329.527

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

25 Outras informações—Continuação

d) Imobilizado de uso e ativo intangível

O imobilizado de uso esta representado substancialmente por imobilizações em andamento, que não geraram depreciações no exercício e o ativo intangível é representado substancialmente pelo ágio na aquisição da Coomex (nota 6).

26 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – Fiscais e previdenciárias

A administração do banco e suas controladas avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessária, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2010 o banco e suas controladas não têm contabilizados ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

– Provisões trabalhistas

São compostas por demandas movidas por ex-funcionários principalmente com pedidos de horas extras e equiparação salarial. Os valores das contingências são provisionados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo e o parecer de consultores jurídicos externos e internos.

– Provisões cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios) os valores das contingências são provisionados com base no parecer de consultores jurídicos externos e internos.

– Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes, Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

26 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – Fiscais e previdenciárias--
Continuação

c) Composição e movimentação das provisões no período

A administração do banco está questionando a constitucionalidade de alguns procedimentos fiscais relacionados aos tributos federais, bem como participa em outros processos judiciais, fiscais e cíveis. A administração do Banco, com base na opinião dos consultores legais, considera, para os processos judiciais em andamento, que as provisões para esses riscos em 31 de dezembro de 2010 são adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos.

As provisões constituídas e as respectivas movimentações no período podem ser assim demonstradas:

	<u>2010</u>
Saldo no início do exercício	348.720
Constituição	91.543
Reclassificação contábil (i)	9.844
Baixa	<u>(4.093)</u>
Saldo no final do exercício	<u>446.014</u>

- (i) Refere-se a reclassificação contábil de valor anteriormente classificado em outras obrigações fiscais e previdenciárias.

O Grupo BTG Pactual vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições. Os valores de tais tributos estão integralmente provisionados, não obstante existirem boas chances de êxito, de acordo com a avaliação ou parecer de nossos advogados externos. Dentre referidas discussões judiciais as seguintes merecem destaque:

COFINS - Discussão da legalidade da cobrança da COFINS de acordo com as regras estabelecidas na Lei 9,718/98.

PIS - Questionamento da incidência da contribuição para o PIS instituída nas Emendas Constitucionais nº 10 de 1996 e nº 17 de 1997.

CSL - Discussão da CSL exigida das instituições financeiras no período de 1996 a 1998 por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, em detrimento ao princípio constitucional da isonomia.

Não existem contingências relevantes avaliadas pelos advogados externos como perda possível, não provisionadas.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

27 Imposto de renda

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

	IRPJ	CSL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	1.195.125	1.195.125
Participações estatutárias no lucro	(175.119)	(175.119)
Juros sobre capital próprio	(15.440)	(15.440)
Base de cálculo	1.004.566	1.004.566
Alíquota fiscal	25%	15%
Imposto de renda e contribuição social	(227.142)	(150.685)
Provisões não dedutíveis	15.424	9.254
Lucros disponibilizados do exterior	(73.987)	(44.392)
Resultado da avaliação a mercado	(37.009)	(22.205)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	(13.506)	(8.103)
Amortização de ágio	228.938	138.289
Adições/exclusões permanentes - efeito líquido	68.570	54.612
Recuperação de IRPJ de controladas no exterior	81.863	-
Resultado de derivativos não liquidados	3.030	1.820
Prejuízo fiscal / base negativa	10.712	6.423
Provisão corrente	56.893	(14.987)
Resultado da avaliação a mercado	28.028	16.838
Resultado de derivativos não liquidados	(3.030)	(1.820)
Provisão diferida	24.998	15.018
Provisão total	81.891	31
Prejuízo fiscal / base negativa	(10.712)	(6.423)
Resultado da avaliação a mercado	8.890	5.312
Provisões não dedutíveis	(16.361)	(8.049)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	13.506	8.103
Crédito tributário sobre ágio na aquisição do banco	(174.449)	(104.669)
Ativo fiscal diferido	(179.126)	(105.726)
Imposto de renda e contribuição social	(97.235)	(105.695)
Provisão corrente – controladas	(151.495)	(39.754)
Provisão diferida – controladas	371	79
Ativo fiscal diferido – controladas	8.263	3.914
Ajustes ao IFRS	1.234	743
	(238.862)	(140.713)

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

27 Imposto de renda--Continuação

Os ativos fiscais diferidos, apresentados na rubrica "--Ativo fiscal diferido", podem ser assim demonstrados:

	Expectativa de realização	IRPJ (25%) e CSL (15%)
Prejuízo fiscal acumulado	2011 a 2015	105.346
Base negativa de contribuição social	2012 a 2015	60.684
Adições temporárias:		
Ágio na aquisição do banco	2011 a 2015	382.659
Ágio na aquisição do banco – BTG Pactual Investimentos S.A.	2011 a 2015	74.106
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa COFINS	2012	100.215
Provisão para participação nos lucros	-	588
Provisão para gratificações a pagar	2012	19.981
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa PIS	2013	4.259
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	2013	62.812
Ágio na aquisição de investimentos	2013	867
Provisão para contingências cíveis	2013	906
Provisão para contingências trabalhistas	2013	7.239
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2011 a 2015	67.680
Provisão para resultado da avaliação a mercado	2011	14.202
Provisão para devedores por negociação e intermediação de Valores	2011	22.209
Total		923.753

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

28. Limites operacionais

De acordo com as recomendações do Novo Acordo de Capital (Basiléia II), o BACEN divulgou a metodologia para o cálculo do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido, a partir de 01 de julho de 2008, por meio das Resoluções nº 3,444/07 e nº 3,490/07 do C.M.N. Foram estabelecidas ainda, por meio das Circulares nº 3,360/07, 3,361/07 a 3,366/07, 3,368/07, 3,383/08, 3,388/08 e 3,389/08 do BACEN, as diretrizes para a apuração do Risco de crédito, do Risco de mercado e do Risco operacional.

O cálculo do Índice de Basiléia é feito com base nas demonstrações financeiras elaboradas em BR GAAP de forma consolidada abrangendo todas as empresas controladas do Banco.

	<u>2010</u>
Patrimônio de Referência (PR)	<u>5.567.094</u>
Patrimônio Líquido	<u>5.602.593</u>
Créditos tributários excluídos no nível I do PR	<u>(3.857)</u>
Ativo permanente diferido	<u>(11.073)</u>
Deduções do PR	<u>(20.569)</u>
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	<u>2.841.792</u>
Risco de crédito	<u>1.631.880</u>
Risco de mercado	<u>943.183</u>
Risco operacional	<u>266.729</u>
Excesso de PR: (PR-PRE)	<u>2.725.302</u>
Índice de Basiléia: (PRx100)/PRE/0,11)	<u>21,55%</u>

A administração optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco operacional.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

28 Limites operacionais – Continuação

O Limite de Imobilização conforme determinado pelo C.M.N. através da Resolução nº 2.283/96 com alteração nas Resoluções nºs 2.669/99 e com redação nas Resoluções nºs 2.743/00 e 3.426/06 também é calculado de forma consolidada considerando todas as empresas controladas em BR GAAP:

	<u>2010</u>
Limite para imobilização (50%):	2.781.409
Patrimônio de Referência para limite de imobilização (PR_LI)	5.562.818
Títulos patrimoniais	(4.276)
Situação para o limite de imobilização:	2.256.144
Ativo permanente	393.088
Ativo permanente diferido	(11.073)
Títulos patrimoniais	(4.276)
Ativos intangíveis excluídos do cálculo do limite de imobilização	(174.832)
Títulos de renda variável registrados no ativo circulante	2.053.237
Margem	525.265

Em 31 de dezembro de 2010, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos.

Notas Explicativas**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

29 Outras informações

A seguir está apresentada a Demonstração Consolidada do Valor Adicionado, que é requerida pela CVM para pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários.

Receitas	4.530.526
Juros e similares	1.789.379
Instrumentos financeiros para negociação	1.725.238
Variações cambiais	68.760
Receitas de tarifas e comissões	798.819
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.030)
Instrumentos financeiros ao valor justo	3.647
Outras receitas / (despesas) operacionais	151.713
Despesas de intermediação financeira	(2.439.105)
Insumos adquiridos de terceiros	(225.584)
Materiais, energia e outros	(6.258)
Serviços de terceiros	(219.326)
Valor adicionado bruto	1.865.837
Depreciações e amortizações	14.704
Valor adicionado total a distribuir	1.851.133
Distribuição do valor adicionado	1.851.133
Pessoal	457.140
Remuneração direta	428.489
Benefícios	16.194
FGTS	12.457
Outros	
Impostos, taxas e contribuições	563.520
Federal	533.539
Estadual	
Municipal	29.981
Remuneração de capitais de terceiros	14.923
Aluguéis	14.923
Remuneração de capitais próprios	815.550
Juros sobre o capital próprio	15.440
Dividendos	473.000
Lucros retidos	327.110

Notas Explicativas

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

30 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco assumiu compromisso de adquirir a totalidade de ações do Grupo Silvio Santos no Banco PanAmericano S.A., por R\$ 450 milhões. Dessa forma, após a aprovação dos órgãos competentes e a conclusão da transação, o Banco passará a deter participação de 37,64% do patrimônio líquido da instituição de varejo, sendo 51,00% das ações ordinárias e 21,97% das preferenciais. Uma vez concluída a transação, o controle do Banco PanAmericano S.A. passará a ser exercido em conjunto com a Caixa Econômica Federal e, na data de conclusão do negócio, será realizada uma Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) aos minoritários nas mesmas condições oferecidas ao acionista controlador. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2010 do Banco PanAmericano S.A. foram divulgadas em 22 de fevereiro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas do
Banco BTG Pactual S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BTG Pactual S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

De acordo com o descrito na nota explicativa nº 1, o Banco BTG Pactual S.A. incorporou, integralmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a BTG Pactual Investimentos S.A. Em cumprimento às disposições do Banco Central do Brasil, examinamos os procedimentos adotados nos processos de incorporação, os quais, em nossa opinião, estão de acordo com as normas regulamentares.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em conexão com processo de obtenção de registro de Companhia Aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Demonstrações Financeiras estão sendo reapresentadas, por solicitação da CVM, para o aprimoramento da nota explicativa nº 15, relativa ao gerenciamento de riscos e a inclusão do quadro de demonstração do valor adicionado (DVA). Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011, exceto para as notas explicativas nos 2 e 15 e quanto a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cuja data é 31 de outubro de 2011.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-RJ

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC - 1SP172167/O-6-S-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas do
Banco BTG Pactual S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BT Pactual S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

De acordo com o descrito na nota explicativa nº 1, o Banco BTG Pactual S.A. incorporou, integralmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a BTG Pactual Investimentos S.A. Em cumprimento às disposições do Banco Central do Brasil, examinamos os procedimentos adotados nos processos de incorporação, os quais, em nossa opinião, estão de acordo com as normas regulamentares.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em conexão com processo de obtenção de registro de Companhia Aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Demonstrações Financeiras estão sendo reapresentadas, por solicitação da CVM, para o aprimoramento da nota explicativa nº 15, relativa ao gerenciamento de riscos e a inclusão do quadro de demonstração do valor adicionado (DVA). Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011, exceto para as notas explicativas nos 2 e 15 e quanto a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cuja data é 31 de outubro de 2011.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-RJ

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC - 1SP172167/O-6-S-RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores do BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira, com sede à Praia de Botafogo, 501, 5º, 6º e 7º andares, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45 ("Banco"), nos termos do inciso VI do artigo 25 da Instrução Normativa nº 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 07 de dezembro de 2009, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes do Banco com relação às demonstrações Financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, preparadas em atendimento à Resolução 3.786, do Conselho Monetário Nacional (CMN), utilizando o padrão contábil internacional, conforme os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO INCISO V ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores do BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira, com sede à Praia de Botafogo, 501, 5º, 6º e 7º andares, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45 ("Banco"), nos termos do inciso V do artigo 25 da Instrução Normativa nº 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 07 de dezembro de 2009, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes do Banco com relação às Demonstrações Financeiras consolidadas preparadas em atendimento à Resolução 3.786, do Conselho Monetário Nacional (CMN), utilizando o padrão contábil internacional, conforme os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB); e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2011.